



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO

1- OBJETO:

- 1.1- Contratação da banda "UEI" para apresentação na 2ª etapa do Campeonato Brasileiro de Enduro 2025. O qual ocorrerá no dia 26 de abril de 2025.

2- JUSTIFICATIVA:

- 2.1- Faz-se necessário para atender a necessidade da produção do evento a ser realizado, sendo a maneira mais viável de estimular a cultura em nossa região e ao mesmo tempo levando entretenimento seguro aos nossos munícipes.

- 2.2- A banda **UEI** é conhecida por sua abordagem multifacetada do rock, incorporando elementos que vão desde o rock alternativo até o hard rock e o grunge. Seu som é caracterizado por:

2.2.1. Guitarras Poderosas: Riffs marcantes e solos enérgicos que remetem ao rock clássico, mas com uma execução moderna e vigorosa.

2.2.2. Vozes Expressivas: Vocais que vão do melódico ao intenso, com letras que exploram temas como introspecção, relacionamentos e questões sociais.

2.2.3. Ritmo Dinâmico: Bateria e baixo que oferecem uma base sólida e groove, essencial para a criação de atmosferas diversas em suas músicas.

2.2.4. A banda mistura influências de ícones do rock como **Led Zeppelin**, **Nirvana** e **Pearl Jam**, com toques contemporâneos que a diferenciam no cenário musical atual.

- 2.3- Um show de qualidade pode ser um atrativo significativo para o público, aumentando a participação e o engajamento no evento. Isso é especialmente relevante para eventos públicos que visam a comunidade local ou um grupo específico de pessoas.
- 2.4- A realização de um show pode enriquecer culturalmente o evento, oferecendo entretenimento e arte ao público presente. Isso contribui para a diversidade cultural e para a promoção das artes na comunidade.
- 2.5- Eventos públicos com atrações como shows podem atrair visitantes de fora da região, impulsionando o turismo local e beneficiando a economia através do aumento do consumo nos estabelecimentos comerciais próximos ao evento.

3 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Contratação da banda UEI para atender o evento cultural, promovido e/ou apoiado pela Prefeitura Municipal de Itutinga.	01

4 – DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA APRESENTAÇÃO:

- 4.1. A apresentação de show artístico da banda "UEI" ocorrerá no dia 26 de abril de 2025, em horário a ser previamente estipulado pela Secretaria Municipal de Turismo e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

Cultura, apresentação na 2ª etapa do Campeonato Brasileiro de Enduro 2025, show com duração de no mínimo 02:30h (duas horas e 30 minutos).

5 - PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO:

5.1 – O prazo de vigência do contrato é de 90 dias após assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos da lei em vigor.

6 - MODALIDADE

6.1. Por se tratar de serviços profissionais de caráter exclusivos e prestados de forma única pelos artistas, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, a modalidade a ser utilizada deverá ser a inexigibilidade, pautando por profissionais de renome e conhecidos da crítica.

7 - RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA	FONTE
02.008.002 13 392 1302 2.165 3.3.90.30.00	00242	1500000

8 - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. FORMA DE ENTREGA E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços e emissão da respectiva Nota Fiscal isenta de erros.

9.1.1. A licitante vencedora deverá possuir conta bancária preferencialmente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Em casos específicos de produtos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, a conta deverá ser preferencialmente no Banco do Brasil. Se a licitante vencedora possuir contas diferentes das instituições supracitadas, deverá arcar com os custos das transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual varia de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 por transferência.

9.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 Atestar nas NF a efetiva prestação do serviço.

10.2 Aplicar à empresa penalidade, quando for o caso.

10.3 Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

10.4 Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da NF no setor competente.

10.5 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Fornecer o serviço desta licitação nas especificações contidas neste termo.

11.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço fornecido.

11.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

11.4 Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

11.5 Fornecer o serviço dentro dos padrões exigidos neste termo.

11.6 Comunicar ao Município de Itutinga, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

11.7 A Contratada se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

12- EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1 São os documentos comprobatórios da HABILITAÇÃO JURÍDICA da licitante:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, em se tratando de sociedade comercial, sendo, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

c) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

d) inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no órgão pertinente, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) cédula de identidade do(s) sócio(s) responsável(is) pela administração da empresa licitante.

12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso;

12.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva de Débitos Trabalhistas - TST, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.3.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa do Estado;

12.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Municipal;

12.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.4.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.4.1.1 Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

12.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.5.1. Proposta.

12.5.2 Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, a licitante deverá comprovar através de documentação (portifólio/cartazes/artes/mídias de apresentação e divulgação da empresa) que frequentemente realiza shows profissionais, sendo conhecida pelo público local e regional.

12.5.3 Notas Fiscais ou Contrato da Empresa.

12.5.4 Declaração Unificada

12.5.5 Carta de Exclusividade

13 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

13.5. Os serviços serão fiscalizados pelo servidor Leandro Barros Silva (Secretário Municipal de Turismo e Cultura) no local do evento, no qual terá a função de verificar se os serviços estão de acordo com as exigências licitadas.

13.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.6.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.6.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.6.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

13.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

motivo justificado;

- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.3.2 Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, tolerável até o limite de 05 (cinco) dias corridos. Caso a contratada/detentora, no decorrer deste prazo, não cumprir os prazos de emissão da apólice e ou outro documento referente ao seguro, sem justificativa aceita pela Administração, o Município poderá rescindir o contrato ou, aplicando as demais penalidades e sanções cabíveis.

15.3.3 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.3.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.3.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.3.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração Municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.3.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.3.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 - Itutinga/MG

causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERENCIA

Leandro Barros Silva – Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Itutinga, 31 de março de 2025

Leandro Barros Silva
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura